

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	5
APRESENTAÇÃO	15
INTRODUÇÃO	17

CAPÍTULO 1

ASPECTOS GERAIS DA COISA JULGADA	25
1.1. De ordem geral	25
1.2. Fundamento da imutabilidade da coisa julgada	26
1.3. Coisa julgada formal e coisa julgada material	29
1.4. A teoria da eficácia e autoridade da sentença de Liebman	30
1.5. A positivação da coisa julgada no ordenamento jurídico nacional	36
1.6. Limites objetivos da coisa julgada	39
1.6.1. O chamado processo de objetivação do controle de constitu- cionalidade brasileiro e os limites objetivos da coisa julgada no Recurso Extraordinário	44

CAPÍTULO 2

TUTELA JURISDICCIONAL COLETIVA BRASILEIRA: NOÇÕES GERAIS	48
2.1. Introdução	48

2.2. A normatização das ações coletivas brasileiras.....	51
2.3. Breve caracterização das ações coletivas brasileiras – premissas necessárias para identificar o campo de aplicação da coisa julgada coletiva	59
2.3.1. Objeto do processo coletivo: as espécies de direitos transindividuais.....	62
2.3.2. Legitimidade processual ativa.....	70
2.3.3. O papel das ações coletivas no âmbito do poder jurisdicional.	76
2.4. O futuro (?) da tutela jurisdicional coletiva nacional: o PL n. 5.139/2009	81

CAPÍTULO 3

LIMITES SUBJETIVOS DA COISA JULGADA E A NATUREZA COLETIVA DOS DIREITOS: A ADMISSÃO DA COISA JULGADA <i>INTER ALIOS</i> NO DIREITO POSITIVO CONTEMPORÂNEO.....	85
3.1. Premissa	85
3.2. Notícia histórica dos limites subjetivos da coisa julgada no direito romano e no direito comum	87
3.3. O período das codificações civis modernas: mudança de rumo	94
3.4. A doutrina moderna e a necessidade de rever os limites restritivos do julgado em relação a terceiros	100
3.4.1. A doutrina italiana do século XX e a revisão do princípio absoluto da restrição da coisa julgada às partes.....	102
3.4.2. Liebman e os limites subjetivos na teoria da eficácia e autoridade da coisa julgada.....	113
3.4.2.1. A teoria liebmaniana da impossibilidade de repropositura por parte de colegitimado de ação julgada procedente em razão da ausência de interesse processual e não por imutabilidade da decisão	118
3.5. O absolutismo do artigo 472 do CPC e a opinião doutrinária pátria	123
3.6. As exceções legais ao princípio dos limites subjetivos <i>inter partes</i> da coisa julgada	129
3.6.1. Ações de estado pessoal	129
3.6.2. Litisconsórcio facultativo unitário.....	132
3.6.3. Obrigações solidárias	135
3.6.4. Ação popular.....	139
3.6.4.1. A ação popular colombiana de 1931.....	142

3.6.5. Ação de anulação de deliberação assemblear.....	142
3.6.6. Controle concentrado de constitucionalidade de leis.....	145
3.6.7. Ação de nulidade de patentes	151
3.7. Análise de dois casos particulares: substituição e sucessão processual	153
3.7.1. Substituição processual.....	153
3.7.2. Sucessão processual.....	155
3.8. Coletivização da tutela jurisdicional e coisa julgada	157
3.8.1. Direito e processo: os limites subjetivos do julgado como uma conjugação de ambos	158
3.8.2. O enfoque coletivista – em detrimento do individualista – da tutela jurisdicional e sua repercussão nos limites subjetivos da coisa julgada.....	161

CAPÍTULO 4

DEVIDO PROCESSO LEGAL E TUTELA JURISDICCIONAL COLETIVA: A RELEVÂNCIA DO REGIME DA COISA JULGADA	173
4.1. Premissa	173
4.2. Coisa julgada <i>inter alios</i> e o devido processo legal: a tutela dos terceiros como ponto de equilíbrio da extensão subjetiva dos efeitos do julgado.....	174
4.3. Contraditório e ampla defesa na tutela jurisdicional coletiva.....	181
4.3.1. Eficácia <i>inter alios</i> da decisão, devido processo legal e efetividade do processo: necessária compatibilização por meio do regime da coisa julgada coletiva	185
4.4. O modelo das <i>class actions</i> norte-americanas para a <i>res iudicata</i> – a <i>Federal Rule 23</i> de 1966 como suporte normativo	191
4.4.1. Representatividade adequada.....	194
4.4.2. Notificações	195
4.4.3. Direito de autoexclusão	197
4.5. Coisa julgada <i>inter alios pro et contra</i> nas <i>class actions</i> norte-americanas <i>versus</i> coisa julgada <i>inter alios secundum eventum litis</i> nas ações coletivas brasileiras: pontos de convergência em respeito ao devido processo legal.....	198
4.6. Direitos acidentalmente coletivos: a coisa julgada entre dois modelos	205

CAPÍTULO 5

O REGIME JURÍDICO DA COISA JULGADA COLETIVA BRASILEIRA	214
5.1. Introdução	214
5.2. As espécies de direitos transindividuais e o tipo de imutabilidade da decisão deles decorrentes: entre a formação e a extensão da coisa julgada	215
5.3. Normatização do tema	218
5.4. Identificação da demanda coletiva: pressuposto necessário para o reconhecimento da existência de coisa julgada	222
5.4.1. Parte	223
5.4.2. Objeto litigioso do processo	230
5.5. Alcance da coisa julgada coletiva <i>inter alios</i> : limites subjetivos subordinados aos limites objetivos	240
5.5.1. O significado das expressões da lei <i>erga omnes</i> e <i>ultra partes</i>	246
5.6. Bases científicas da coisa julgada <i>secundum eventum litis</i> e <i>secundum eventum probationis</i> – Tentativa de sistematização dos conceitos no âmbito da tutela coletiva.....	249
5.6.1. De ordem geral.....	249
5.6.2. A técnica da coisa julgada coletiva <i>secundum eventum litis</i> no processo individual.....	250
5.6.3. O advento do processo coletivo: a consagração legal da técnica da coisa julgada <i>secundum eventum litis</i> no Brasil	266
5.6.3.1. Mudança de paradigma sociojurídico	266
5.6.3.2. Conveniências da adoção da técnica da coisa julgada <i>secundum eventum litis</i> nas ações coletivas	269
5.6.4. A teoria de Liebman da consumação do direito de ação e a coisa julgada <i>secundum eventum</i> nas ações coletivas.....	273
5.6.5. A técnica da coisa julgada <i>secundum eventum litis</i> brasileira entre a formação e a extensão da imutabilidade e a natureza dos direitos transindividuais.....	275
5.6.5.1. A recente posição de Antonio Gidi sobre a coisa julgada <i>secundum eventum litis</i>	278
5.6.5.2. Alcance da coisa julgada <i>secundum eventum litis vel probationis</i> – Direitos ou interesses individuais homogêneos? Proposta de <i>lege ferenda</i>	284

5.6.6. A improcedência por insuficiência de provas e a não formação da coisa julgada – <i>secundum eventum litis vel probationis</i> – e a nova ação	288
5.6.7. A técnica da coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i> aplicada às ações coletivas	294
5.6.7.1. A coisa julgada e a certeza jurídica: o papel da cognição....	295
5.6.7.2. Procedimentos legais de cognição <i>secundum eventum probationis</i> antecedentes à coisa julgada <i>secundum eventum litis vel probationis</i> e <i>secundum eventum probationis</i>	297
5.6.8. Coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i> aplicada às ações coletivas: uma superação sistemática da coisa julgada <i>secundum eventum litis</i> ?	304
5.6.8.1. Acerca da necessidade de estipulação de prazo legal para a propositura da nova ação coletiva fundada em prova superveniente	316
5.6.9. Coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i> e técnicas jurídicas semelhantes – distinções necessárias	322
5.6.9.1. Relações jurídicas continuativas	322
5.6.9.2. Limites temporais da coisa julgada	325
5.6.9.3. A chamada teoria da “relativização” da coisa julgada	335
5.6.10. As espécies de prova e a coisa julgada coletiva	340
5.6.11. Sentença de improcedência fundada em suficiência probatória com trânsito em julgado e o surgimento de prova não superveniente: a questão da imutabilidade da decisão no âmbito da tutela coletiva	344
5.6.11.1. Intervenções processuais pré-formação da coisa julgada material	345
5.6.11.1.1. Ônus da prova – generalidades	345
5.6.11.1.1.1. A inversão do ônus da prova no Código de Defesa do Consumidor	347
5.6.11.1.1.2. Aplicabilidade da inversão às ações coletivas.....	348
5.6.11.1.1.3. Momento da inversão do ônus da prova.....	357
5.6.11.1.1.4. Ônus da prova e coisa julgada nas ações coletivas	359
5.6.11.1.2. A participação obrigatória do Ministério Público nos processos coletivos	360
5.6.11.1.3. Papel do juiz na instrução probatória nas ações coletivas	361
5.6.11.2. Intervenção processual pós-formação da coisa julgada material.....	364
5.6.11.2.1. Pós-biênio da ação rescisória	365

5.7. Coisa julgada coletiva e a relação entre demandas	372
5.7.1. Relação entre coisa julgada coletiva e ações coletivas total ou parcialmente idênticas.....	373
5.7.2. Relação entre coisa julgada coletiva e ações individuais indenizatórias correlatas.....	383
5.7.2.1. Premissas	383
5.7.2.2. Eficácia da coisa julgada coletiva em relação às pretensões exclusivamente individuais – análise segundo as espécies de interesses transindividuais tutelados	387
5.7.2.2.1. Direitos difusos e coletivos.....	389
5.7.2.2.2. Direitos individuais homogêneos	391
5.7.2.3. O transporte <i>in utilibus</i> da coisa julgada coletiva para as ações indenizatórias individuais	399
5.7.2.4. Sentença penal condenatória.....	407
5.7.2.5. A comunicação da tramitação concomitante entre ação coletiva em defesa de direitos individuais homogêneos e ações indenizatórias.....	410
5.7.2.6. Litispendência e suspensão de ações individuais em recente decisão do STJ e no PL n. 5.139/2009.....	421
5.7.2.7. Sobre a participação dos sujeitos individuais nas ações coletivas	424
5.7.2.8. As críticas infundadas à extensão da coisa julgada <i>secundum eventum litis</i> e a necessidade de reafirmação do modelo genuinamente brasileiro: análise imprescindível em tempos de discussões sobre promulgação legislativa	434
5.7.2.9. A coisa julgada no Anteprojeto de CPCol. brasileiro e no PL n. 5.139/2009	444
5.8. Coisa julgada no Mandado de Segurança Coletivo	446
5.9. Coisa julgada nas ações coletivas passivas	448
5.10. A eficácia subjetiva do acordo para os demais legitimados ativos e para os lesados individuais: um paralelo com o regime da coisa julgada coletiva	452
5.11. Contribuições do regime nacional da coisa julgada na busca pela efetividade da tutela jurisdicional coletiva	461

CAPÍTULO 6

OS LIMITES SUBJETIVOS DA COISA JULGADA COLETIVA E AS CONSTANTES TENTATIVAS – FRUSTRADAS – DE SUA LIMITAÇÃO	466
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----



6. 1. Premissa.....	466
6.2. A Lei n. 9.494/97 e os denominados “limites territoriais” da coisa julgada coletiva	467
6.2.1. A PEC 358/2005 e a nova tentativa de limitação dos efeitos subjetivos da coisa julgada.....	481
6.2.2. O contragolpe da doutrina nacional: o Anteprojeto do CPCol. brasileiro e a expressa proibição de limitação territorial da eficácia do julgado.....	484
6.3. A compatibilidade entre a eficácia da coisa julgada coletiva com declaração de inconstitucionalidade incidental com o sistema brasileiro de controle de constitucionalidade	485
6.3.1 Problemática.....	485
6.3.2. O sistema misto de controle de constitucionalidade vigente no Brasil e as ações coletivas: convivência harmônica	486
6.3.3. Análise crítica de dois julgados paradigmáticos do STJ e STF	499
REFERÊNCIAS.....	507